



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

**DOCUMENTO ORIENTADOR DA
REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DAS ESCOLAS DO CAMPO
ENSINO FUNDAMENTAL
SEDUC/CREs/Escolas**

CICLOS DE FORMAÇÃO

DEZEMBRO 2013

Secretaria de Estado da Educação
Av. Borges de Medeiros, 1501 - Porto Alegre- RS
Fone: (51) 3288 4700



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| APRESENTAÇÃO | 3 |
| 1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO | 4 |
| 1.1. POPULAÇÕES DO CAMPO E DA ESCOLA DO CAMPO | 5 |
| 1.2 ESCOLA DO CAMPO E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL | 5 |
| 1.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL | 6 |
| 2 CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL: CICLOS DE FORMAÇÃO | 7 |
| 2.1 IMPORTÂNCIA E NECESSIDADE DE REESTRUTURA A EDUCAÇÃO DO CAMPO | 8 |
| 2.3 CICLOS DE FORMAÇÃO: CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO E DE CURRÍCULO | 8 |
| 3 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR POR CICLOS DE FORMAÇÃO..... | 9 |
| 3.1 POLITECNIA | 10 |
| 3.2. RELAÇÃO PARTE-TOTALIDADE | 10 |
| 3.3 RELAÇÃO TEORIA PRÁTICA..... | 10 |
| 3.4 RECONHECIMENTO DOS SABERES..... | 11 |
| 3.5 INTERDISCIPLINARIDADE | 11 |
| 3.6 PESQUISA | 13 |
| 3.7 AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA | 13 |
| 4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA | 15 |
| 5 CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CICLOS DE FORMAÇÃO | 15 |
| 5.1 ORGANIZAÇÃO | 15 |
| 5.2 DINÂMICA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NOS GRUPOS E NOS CICLOS DE FORMAÇÃO | 17 |
| 5.3 TRABALHO PEDAGÓGICO DO COLETIVO DE EDUCADORES | 18 |
| 5.4 FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE ESTUDANTES NO ANO DE 2014 | 18 |
| 5.5 FORMAÇÃO CONTINUADA E GESTÃO | 19 |
| 6 AUTORIZAÇÃO E CREDENCIAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO PARA A OFERTA DOS CICLOS DE FORMAÇÃO | 20 |
| 7 REGIMENTO ESCOLAR | 20 |
| 8 RECURSOS HUMANOS : POLÍTICA DE RH PARA AS ESCOLAS DO CAMPO ORGANIZADAS POR CICLOS DE FORMAÇÃO | 21 |
| REFERÊNCIAS..... | 24 |



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

ENSINO FUNDAMENTAL ESCOLAS DO CAMPO POR CICLOS DE FORMAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação/Departamento Pedagógico/Coordenação de Gestão da Aprendizagem, frente aos desafios do planejamento e das práticas docentes, considerando a realidade de cada comunidade na qual a escola se insere, apresenta as diretrizes para a organização das escolas do campo em Ciclos de Formação. Contextualizando as diferentes compreensões e interpretações da educação no e do campo, este documento destaca a importância do trabalho coletivo, do reconhecimento das necessidades primordiais das crianças e adolescentes, enquanto sujeito de direitos, reafirmando o compromisso da Secretaria com uma educação escolar organizada a partir da realidade da comunidade, numa relação dialógica, que oportunize a todos os educandos a expressão de suas diferenças, de suas semelhanças, provocando a construção de espaços e tempos para a interação e o pleno desenvolvimento humano.

Acolher as diferenças e semelhanças implica em (re)olhar a comunidade, os estudantes e o contexto sociocultural que encontramos nos espaços e no entorno da escola. Acolher as diferenças pauta uma ação complexa, interdisciplinar, coletiva no planejamento, no trato, na aprendizagem com o outro, num currículo que trabalha na riqueza da flexibilidade e dos desafios da sociedade complexa é enxergar cada homem, cada mulher inseridos na multiplicidade da própria vida.



1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Atualmente as questões pertinentes ao campo se complexificaram, assim como as diferentes compreensões e interpretações deste mundo rural. A mobilização dos movimentos sociais não traz apenas a necessidade da reforma agrária, outros temas emergem como necessários para as populações do campo, tais como acesso a programas de crédito e geração de renda, oferta de ensino formal no campo, regularização de terras, reconhecimento de territórios e culturas de populações tradicionais, reconhecimento de práticas produtivas tradicionais, extrativistas, bem como da pesca artesanal; da necessidade de mudanças e apoio institucional de práticas produtivas em consonância com propostas ambientais, etc.

Conforme Gómez (2001 apud KAGEYAMA, 2008) atualmente no meio rural de quase todos os países existe uma nova “ruralidade”, quando então a visão tradicional do rural, que o compreende como “atrasado, ambiente predominantemente natural, com funções exclusivamente produtivas, antagônico ao urbano, entre outras já não caracteriza ou dá contas de compreender as especificidades e transformações deste novo ‘rural’”.

Na perspectiva de compreender a emergência de uma “nova ruralidade” é preciso considerar que o campo atualmente abriga uma “grande diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas, novas funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagismo, esporte e lazer), maior interação com o entorno urbano e uma revalorização do rural (pelo turismo, artesanato, etc.)” que além de trazer novos elementos para a compreensão deste “rural” ainda pode “inverter o movimento de uma fração da população em direção às áreas rurais” (KAGEYAMA, 2008:20). Além disso, Wanderley (2009) aponta alguns elementos desta “nova ruralidade”: a complementariedade das relações do rural com o urbano, substituindo a noção de antagonismo; a “modernização” do rural, através do acesso às facilidades e conforto proporcionado tanto por serviços quanto por produtos que antes eram privilégios do urbano; a valorização do patrimônio natural, cultural e regional, que passa a ser materializada através da criação de áreas de preservação/proteção ambiental ou estruturação de serviços e produtos, gerando assim, mercados, empregos e renda, entre outros.

É importante que seja levado em conta a complexidade do meio rural que hoje se revela, compreendida por distintas categorias sociais, tais como pecuaristas familiares, agricultores familiares, assentados oriundos do MST, assentados oriundos de outros programas e movimentos, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais indígenas; ribeirinhos, pescadores artesanais, catadores de caranguejos, castanheiros, quebradores de coco-babaçu e tantos outros grupos que se tornam visíveis à luz da sociedade brasileira, seja por organizações de movimentos sociais, sejam por pesquisas acadêmicas.

A discussão referente à preservação e conservação da biodiversidade tem se intensificado nos últimos anos no contexto mundial, trazendo à mesa das discussões abordagens referentes à necessidade de formas de produção sustentáveis praticadas no campo e à necessidade da manutenção e valorização da identidade e cultura local.



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

Portanto, discutir uma Educação do/no Campo exige uma reflexão crítica sobre os padrões produtivos do campo, inserindo neste debate uma preocupação com os efeitos ambientais desses modelos produtivos, sobre a água e sobre a biodiversidade das regiões; e também com a manutenção dos efeitos sociais que estes tipos de modelos produtivos promovem: aumento ou manutenção das desigualdades sociais no campo.

1.1 POPULAÇÕES DO CAMPO

Conforme o Decreto Federal nº 7.352, de 04/10/2010, parágrafo 1º, para fins das políticas públicas entende-se por populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. E, ainda o Decreto Federal nº 7.352, de 4/11/2010, no seu parágrafo 1º, considera a escola do campo “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo”² (DEC. FED. nº 7.352,).

Além das categorias sociais acima elencadas, em conformidade com a especificidade do Rio Grande do Sul, considera-se também como população do campo o “pecuarista familiar”.

1.2 ESCOLA DO CAMPO E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Estudos, pesquisas e dados estatísticos têm demonstrado as inúmeras necessidades e as fragilidades da educação escolar em contexto do meio rural, o qual abriga 73% dos pobres do mundo (KAGEYAMA, 2008). Conforme o resumo dos dados do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), proposto pelo Ministério da Educação (MEC), no Brasil, nos últimos 5 anos foram fechadas 13.691 escolas do campo; 71,37% das escolas tem turmas multisseriadas e representam 22% das matrículas totais campo (Censo Escolar INEP/2011; Censo IBGE/2010 apud MEC, 2012). No Brasil existem 13.933.173 analfabetos, e destes, 4.935.448 estão no campo, representando 35,4% do total destes analfabetos. No que refere à população não alfabetizada com 15 anos ou mais, 23, 2% estão no campo (Censo Escolar INEP/2011; Censo IBGE/2010 apud MEC, 2012).

No Brasil existem 342.845 educadores que desenvolvem tarefas nas escolas do campo, destes, 182.526 possuem formação de ensino superior (53%); 160.319 não possuem formação superior (47%). Entre estes últimos, 156.190 possuem formação apenas de Ensino Médio, representando 45% do total, e 4.129 possuem formação apenas de Ensino Fundamental, representando 2% do total (Censo Escolar INEP/2011 apud MEC, 2012).

Além destes dados, que demonstram um baixo grau de acesso à educação formal por parte das populações do campo, as escolas do campo – e, por conseguinte os seus educandos – muitas vezes não tem acesso a um ensino público, gratuito e de qualidade, pois, em muitos casos, os Currículos Escolares, os Regimentos Escolares e as



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

Propostas Político- Pedagógicas destas escolas pouco contemplam as necessidades condizentes com a realidade destas populações rurais, sendo em sua maioria baseados em uma perspectiva voltada para o modelo urbano. Além disso, estas escolas pouco oferecem quanto a uma infraestrutura física e tecnológica que possibilite uma melhor qualificação deste educando. No Brasil, conforme o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2011 apud MEC, 2012) existem 76.229 escolas no campo, destas, 15% não tem acesso à energia elétrica; 10,4% não possuem acesso à água potável; 14,7% não possuem rede de esgoto sanitário; 90% não possuem acesso à Internet e 67,5 % não possuem o ProInfo.

1.3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, conforme o Censo Escolar de 2012 existem um total de 9.987 escolas, sendo que destas 2.574 pertencem à Rede Pública Estadual. Dentre as escolas pertencentes à Rede Pública Estadual, 670 escolas se identificaram como “rural”, ou seja, 26% das escolas da Rede Pública Estadual estão localizadas no campo. Porém, é interessante salientar que não são apenas estas 670 escolas que atendem estudantes oriundos do campo.

Na experiência do trabalho pedagógico da Seduc e das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), sabe-se que muitos estudantes se deslocam do campo para irem estudar nas escolas situadas no meio urbano – em muitos casos por falta de escolas na sua região. Além disso, existem municípios que se caracterizam por serem essencialmente agrícolas e terem sua economia baseada nas atividades primárias, mas possuem uma única escola na sede do município que absorve os estudantes da região e, por conta desta localização, esta escola se caracteriza como “urbana”.

No total das escolas que estão localizadas na área rural do Estado do Rio Grande do Sul, 2.586 escolas, 670 pertencem à Rede Pública Estadual (26%), 07 pertencem a Rede Pública Federal (0,3%), 1.893 pertencem à Rede Pública Municipal (73%) e 16 pertencem à Rede Particular (0,6%) (MEC/INEP, 2012). Portanto, percebe-se que pertencem à Rede Pública Estadual e a Rede Pública Municipal a maior parte das escolas do campo, que juntas são responsáveis por 99% das escolas do campo.

Em 2012, na Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul as 670 escolas do campo totalizaram 64.438 matrículas iniciais, sendo que destas, 78% tratavam-se de matrículas para o Ensino Fundamental e 14% para o Ensino Médio e 3% se referem a matrículas em escolas Técnicas (MEC/INEP, 2011), observando-se que mais de 50% das matrículas efetuadas em março de 2012 nas escolas do campo se referem ao ensino fundamental, 12% das escolas oferecem Ensino Médio/Técnico (80 escolas) e 88% oferecem apenas o Ensino Fundamental (590 escolas) (MEC/INEP, 2012).

2 CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL: CICLOS DE FORMAÇÃO

A Política de Educação Básica do Campo, construída e assumida pela Secretaria de Estado da Educação em diálogo com a comunidade escolar e os movimentos sociais, representa o compromisso do governo em reafirmar o respeito à identidade e valorização das culturas das diferentes categorias sociais do campo, a necessidade de



viabilização da reprodução social, cultural e econômica destas categorias sociais, bem como a valorização do saber popular articulado ao saber científico, a fim de promover o vínculo mais profundo entre a pesquisa e a produção do conhecimento com o processo de construção de um projeto alternativo de desenvolvimento do campo e da cidade.

É importante salientar que a valorização do campo a qual nos referimos não se trata de uma sobreposição do campo em relação à cidade e/ou um isolamento daquele. Mas sim de uma proposição que firme o diálogo entre o rural e o urbano, de modo que o educando possa compreender, problematizar e interagir no seu meio e que este educando possa expandir as suas capacidades para escolher ser um agricultor cientista, ou seja, que este educando possa expandir a sua liberdade individual substantiva de forma a escolher levar o tipo de vida que ele valoriza (SEN, 2000).

Com a finalidade de dinamizar as ações desta Secretaria no que refere às políticas educacionais voltadas para a Educação do Campo no primeiro semestre de 2011 deu-se início ao processo de discussão sobre a realidade da Educação do/no Campo, constituindo-se assim o Grupo de Trabalho (GT), composto por representantes de diversos departamentos da SEDUC. O GT iniciou suas atividades consultando documentos, legislações, realizando pesquisas, visitas técnicas, mapeando as escolas do campo quanto a sua estrutura física, localização, distâncias, recursos humanos, níveis e modalidades de ensino, população de estudantes, turmas e demandas da escola multisseriada/seriada, realidade indígena, quilombola entre outras.

Com base nestas primeiras discussões deu-se início a um conjunto de ações que ampliaram o processo de participação, visando qualificar a oferta da Educação Básica nas escolas da rede estadual de ensino envolvendo os diversos segmentos da sociedade, diferentes órgãos públicos, movimentos sociais e organizações não governamentais, com vistas à implementação de políticas de educação do campo, norteadas pelos princípios de: respeito à diversidade, respeito à biodiversidade, incentivo à formulação de propostas político pedagógicas específicas, desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação, valorização da identidade da escola do campo e controle social da qualidade da educação escolar.

2.1 IMPORTÂNCIA E NECESSIDADE DE REESTRUTURAR A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A reestruturação curricular do Ensino Fundamental do Campo tem por objetivo construir e consolidar a política da Educação do/no Campo no âmbito estadual; democratizar e ampliar a oferta de ensino público, gratuito e de qualidade no campo para as populações do campo; qualificar o processo de Formação Continuada dos educadores do campo; reconhecer as categorias sociais do campo como sujeitos de direito; possibilitar o desenvolvimento de capacitações par que o jovem possa expandir a sua liberdade de forma a escolher permanecer ou não no campo; valorização das populações rurais do campo.

Busca-se a educação do campo que possibilite pensar no desenvolvimento para além do seu espaço, da sua comunidade próxima ou da sua região, e da relação dessa região com o seu desenvolvimento global, integral. E neste contexto, pensando o ensino fundamental que contribuía efetivamente para a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, com o domínio da leitura, da



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

escrita e do cálculo; com a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade possibilitando ao estudante uma compreensão integrada da vida e das relações dos seres vivos entre si e com o meio, fundada nos **Ciclos de Formação**.

2.2 CICLOS DE FORMAÇÃO: CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO E DE CURRÍCULO

Os **Ciclos de Formação** se constituem em uma das formas de organização escolar do ensino fundamental, previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ Lei n.º 9394/96, na qual a *organização* dos grupos de estudantes ocorre com **referência na idade**, buscando o seu desenvolvimento integral, com uma Proposta Político Pedagógica que contemple a especificidade e a heterogeneidade dos grupos como mobilizador da aprendizagem escolar. Esta forma de organização considera que o educando que ingressa no Ensino Fundamental passa, quanto a seus aspectos biológico e emocional, por transformações que dialogam com seu processo de aprendizagem, sendo considerado seu ritmo e especificidades.

É preciso pensar o conhecimento e o currículo como uma ampla rede de significações, tornando a escola um lugar de construções coletivas. O currículo interdisciplinar resgata a inteireza do ser, do saber e do trabalho em parceria, expressa a sociedade que queremos, como uma cultura de paz e de desenvolvimento humano, ou seja, a sociedade que se quer construir. O currículo, explicitado na Proposta Político Pedagógica da escola materializa e revela a sociedade e o homem social que se busca, bem como o compromisso com a cidadania e com a justiça social.

As fontes do currículo estruturam-se considerando a dimensão epistemológica, filosófica, sócio-antropológica e sócio-psicopedagógica.

- **A base epistemológica:** refere-se à compreensão do modo de produção do conhecimento, que se dá pela relação entre sujeito e objeto em circunstâncias históricas determinadas; em decorrência desta relação, o homem é produto das circunstâncias, ao mesmo tempo em que as transforma. Não há aprendizagem sem protagonismo do estudante, que constrói significados pela ação.
- **A base filosófica:** a escola será compreendida e respeitada em suas especificidades temporais e espaciais, ou seja, históricas; o currículo será organizado para atender, as características das fases do desenvolvimento humano, os aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores e o trabalho pedagógico será flexível para assegurar o sucesso escolar.
- **A base sócio-antropológica:** fundamenta um currículo que considera os significados socioculturais da cada prática, no conjunto das condições de existência em que ocorrem, que envolvem o estudante e sua comunidade; esta dimensão fornece os sistemas simbólicos que articulam as relações entre o sujeito que aprende e os objetos de aprendizagem.
- **A base sócio-psicopedagógica:** firma um currículo que considera a relação entre desenvolvimento e aprendizagem; promover o desenvolvimento intelectual na



relação com o mundo; compreender a escola como espaço de trabalho cooperativo e coletivo.

A Pesquisa Sócioantropológica

A Proposta Pedagógica da Escola é construída a partir da pesquisa sócio-antropológica, da articulação com as instituições e atores sociais locais que tenham vínculos com as comunidades do entorno da escola e das discussões feitas nos quatro segmentos que compõe a comunidade escolar, para contemplar a diversidade em seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, éticos, estéticos, gênero e étnico.

3 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO POR CICLOS DE FORMAÇÃO

A reestruturação curricular do Ensino Fundamental do Campo contempla os processos que se relacionam ao lugar e ao desenvolvimento sustentável, valorizando os saberes locais e os novos conhecimentos e, desta maneira, resgatando a importância da escola para a comunidade onde está inserida, superando as desigualdades escolares e sociais, favorecendo a escolarização dos estudantes com deficiências nas turmas comuns e atendendo as diferentes necessidades dos estudantes, sem fragmentação e rupturas na construção do conhecimento e garantindo a interdisciplinaridade.

Para além de considerar a criança e o adolescente em suas especificidades, próprias de sua fase de desenvolvimento e das relações que estabelece com o entorno, a Escola do Campo organizada por Ciclos de Formação deve ter como princípio orientador do trabalho pedagógico, que perpassa toda concepção de conhecimento e currículo, a ser desenvolvido com os estudantes: **a politécnica, a pesquisa, a relação parte-totalidade, a relação teoria-prática, o reconhecimento dos saberes, a interdisciplinaridade, avaliação emancipatória,**

3.1 POLITECNIA

A **Politecnia** é conceito estruturante do pensar e do fazer pedagógico, que busca a formação integral do sujeito e materializa-se na indissociabilidade entre a formação intelectual, física e tecnológica visando superar a fragmentação do conhecimento humano. Prepara o estudante para entender os fundamentos científicos das diferentes técnicas que serão encontradas por ele no seu percurso escolar, aproximando os diferentes campos do conhecimento por meio da ação-reflexão-ação.

3.2 RELAÇÃO PARTE-TOTALIADE

O desafio de compreender fatos e realidades amplas e complexas, a partir da escolha de conteúdos curriculares, demanda uma relação constante entre a parte e a totalidade. De fato, é a partir do conhecimento na sua forma mais contemporânea que se pode compreender a realidade e a própria ciência no seu desenvolvimento histórico. É a contemporaneidade do conhecimento que possibilita compreender a realidade e o movimento constante de ir e vir, da parte para o todo e do todo para a



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

parte, como um processo de estabelecer limites e amplitudes de problemas e busca de alternativas de solução, constitui-se como processo e exercício de transitar pelos conhecimentos científicos e dados de realidade, viabilizando a construção de novos conhecimentos, responsáveis pela superação da dificuldade apresentada.

3.3 RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA

A relação teoria-prática e, genericamente, uma imposição da vida em sociedade. Não há intervenção humana na realidade com vistas a transformá-la sem uma prévia organização planejada com método e intencionalidade. Isso pressupõe uma íntima aproximação do pensamento e da ação, para resultar em transformação. A relação teoria-prática torna-se um processo contínuo de fazer, teorizar e refazer.

Por um lado, a teoria constituída por ideias, hipóteses que levam a representações abstratas, constrói os conceitos que somente serão consubstanciados na prática. Quando submetida à realidade, a teoria apartada da prática social vira palavra vazia e sem significado.

Já a prática, se exclusivamente considerada, se transforma em mera atividade para execução de tarefas, reduzida a um fazer repetitivo que pode se traduzir em automação, ou seja, em ação destituída de reflexão. Em um mundo caracterizado pela dinamicidade, em que as condições materiais renovam cotidianamente as relações sociais e produtivas, a prática que não se sustenta no conhecimento torna-se imobilista e conservadora.

O diálogo permanente entre teoria e prática se constitui como fundamento da transformação da realidade, desde que consciente de sua condição sócio-histórica, e conseqüentemente, de suas determinações sociais.

3.4 RECONHECIMENTO DOS SABERES

A concepção pedagógica que oriente a construção curricular, afirma a centralidade das práticas sociais como origem e foco do processo de conhecimento da realidade, o diálogo como mediação de saberes e de contradições entende que a transformação da realidade se dá pela ação dos próprios sujeitos.

Em decorrência, assume a complementaridade entre todas as formas de conhecimento, reconhecendo que o saber popular se constitui no ponto de partida para a produção do conhecimento científico.

Embora todas as pessoas exerçam atividades intelectuais ao pensar a realidade e organizar suas concepções a partir dos determinantes socioculturais que lhes conferem organicidade, é preciso reconhecer que a compreensão mais complexa da realidade supõe a superação do senso comum mediante a democratização do acesso ao conhecimento sistematizado. Assim, o saber popular será também o ponto de chegada do conhecimento científico.

Por outro lado, se o conhecimento científico universalmente sistematizado não conseguir estabelecer o diálogo com indivíduos, grupos e suas realidades, levando-os a superar o senso comum, dificilmente será reconhecido e, portanto, corre o risco de não constituir significado que motive sua apropriação.



A escola é o espaço de promoção do diálogo dos diferentes saberes, reconhecendo seu poder de transformar a realidade, mas também os seus limites, oriundos de seu modo de produção, que reflete as desigualdades de acesso ao conhecimento e à cultura.

Na perspectiva da correção das distorções historicamente dadas e responsáveis pelas dificuldades de acesso e permanência na escola, uma prática pedagógica comprometida com o enfrentamento das desigualdades define o caráter político da educação. Essa atitude significa colocar a práxis pedagógica no espaço mais permanente da sociedade: o espaço das lutas sociais pela emancipação do ser humano.

3.5 INTERDISCIPLINARIDADE

O primeiro passo rumo à proposta do currículo interdisciplinar é a mudança do paradigma de escola e da postura dos educadores. A função da escola é de construir, pela práxis, uma nova relação humana, revendo criticamente o acervo de conhecimentos acumulados e tomando consciência da participação pessoal na definição de papéis sociais, quanto a conteúdos, metodologias e atividades. E também no que se refere à maneira de tratar o estudante e os componentes que devem ser estimulados, tais como: a auto expressão (livre, crítica, criativa e consciente); a autovalorização (reconhecimento da própria dignidade); a corresponsabilidade (iniciativa, participação e colaboração); a curiosidade e a autonomia na construção do conhecimento, estabelecendo uma rede de significação interdisciplinar, entre outros papéis.

A qualidade da educação necessita de um currículo interdisciplinar e é alcançada via gestão participativa, trabalho em equipe, parceria e cooperação. Todos estes mecanismos visam superar o modelo individualista, fragmentado e centralizador de administração e de produção do saber.

Uma prática escolar interdisciplinar tem algumas características que podem ser apontadas como fundamentos para a transformação curricular, e que exigem mudança de atitudes, de procedimentos e de posturas por parte dos educadores e de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional, tais como:

- Perceber-se interdisciplinar, sentir-se parte do universo e um universo à parte (resgatar sua própria inteireza, sua unidade);
- Historicizar e contextualizar os conteúdos (resgatar a memória dos acontecimentos, interessando-se por suas origens, causas, consequências e significações; aprender a ler jornais e a discutir as notícias);
- Valorizar o trabalho em parceria, em equipe interdisciplinar, integrada (tanto o corpo docente como o discente), estabelecendo pontos de contato entre as diversas disciplinas (áreas do conhecimento) e as atividades do currículo;
- Desenvolver atitude de busca, de pesquisa, de transformação, de construção, de investigação e de descoberta;
- Definir uma base teórica como eixo norteador de todo o trabalho escolar, seja humanista (que tipo de ser humano se quer formar), psicopedagógico (que teoria de aprendizagem fundamenta o projeto escolar) ou relacional (assim como as relações



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

interpessoais, a questão do poder, da autonomia e da centralização decisória na escola);

- Dinamizar as coordenações dos diversos coletivos (trabalho integrado com conteúdos afins), enriquecendo e atualizando planejamentos e plano de estudos dos diversos ciclo/áreas/disciplinas;
- Resgatar o sentido humano, o mais profundo e significativo eixo da interdisciplinaridade, perguntando-se a todo o momento: o que há de profundamente humano neste novo conteúdo? Em que este conteúdo contribui para que os estudantes se tornem mais humanizados?
- Trabalhar o conteúdo contextualizado, organizando-o por meio de conceitos, temas geradores, pedagogia de projetos, unidades de trabalho. Estas possibilidades contribuem para superar a artificialidade da escola, aproximando-a da vida real e estimulam a iniciativa, a criatividade, a cooperação e a corresponsabilidade;
- Desenvolver projetos coletivos na escola, garantindo a integração de conteúdos por meio do planejamento coletivo tendo as características do ciclo, das áreas e das disciplinas como referência. Um projeto surge de uma situação, de uma necessidade sentida pela própria escola e consta de um conjunto de atividades planejadas e empreendidas por iniciativa da escola, do ciclo, do grupo em torno de um objetivo comum.

3.6 PESQUISA

Pesquisa pedagogicamente estruturada possibilita a construção de novos conhecimentos e a formação de sujeitos pesquisadores, críticos e reflexivos no cotidiano da escola, oportunizando a apropriação adequada da realidade, projetando possibilidades de intervenção potencializada pela investigação e pela responsabilidade ética. Além disso, a pesquisa oportuniza ao educando a exploração de seus interesses e o exercício da autonomia, ao formular e ensaiar projetos de vida e de sociedade. O educando elaborará um Projeto, explicitando uma necessidade e/ou uma situação problema dentro dos eixos temáticos transversais ou de interesse, com a mediação do educador e em interlocução com as áreas do conhecimento.

3.7 AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA

A **Avaliação Emancipatória** é processual, diagnóstica, prognóstica, formativa e sumativa que se pauta pela **premissa de que todos são capazes de aprender**. A concepção da avaliação emancipatória explicitada nos Ciclos de Formação incorpora os preceitos contidos na LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, salientando-se a interdisciplinaridade e a ênfase no trabalho pelas áreas de conhecimento, cujas informações devem pautar o redimensionamento das ações pedagógicas, do coletivo de educadores, para avançar no processo de construção da aprendizagem.

A Avaliação como **processo** obriga a observar o educando em diferentes situações, considerando não só as suas produções em si, mas também as circunstâncias e condições de sua elaboração, que podem interferir favorecendo ou dificultando as aprendizagens. A investigação contínua sobre os processos da construção da aprendizagem demanda rigor metodológico, por meio de registros



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

significativos que sinalizem as possibilidades de transformação. Investiga as construções já realizadas pelos educandos, investindo na autonomia, na autoria, no protagonismo e na emancipação dos sujeitos.

Na dinâmica educativa, a Avaliação é **diagnóstica**, se constituindo em um instrumento de suporte do planejamento e da execução das atividades, que envolve educador e educando. É preciso avaliar permanentemente e **processualmente**. A Avaliação é uma atividade que não existe nem sobrevive por si mesma, devendo estar sempre articulada com o processo de ensino e a Projeto Político Pedagógico. Assim, a avaliação **diagnóstica** tem caráter formativo, por considerar o processo educativo, com vistas a reorientá-lo. E recebe o nome de avaliação **sumativa** quando ocorre ao final do processo, com a finalidade de apreciar o desenvolvimento deste.

Considerando que o estudante é também sujeito responsável pelo seu ato de aprender, a **auto-avaliação**, associada à avaliação do educador, é uma estratégia fundamental para a consistência do processo avaliativo. O sujeito constrói o seu conhecimento, conseqüentemente, constrói também sua avaliação e avalia a sua aprendizagem. Dessa forma, o próprio estudante está apto a dizer sobre o que está ou não aprendendo.

O **registro** do processo de construção do conhecimento de cada estudante, consideradas suas relações como grupo onde se encontra e entendendo a construção do conhecimento enquanto síntese individual e coletiva, provisória, ocorre durante o ano letivo e ao final de cada um dos Ciclos de Formação por meio de **Pareceres Descritivos**, os quais são elaborados pelo coletivo de educadores que tem interface com o estudante, seu(s) grupo(s) e considerando a auto-avaliação e o processo de construção do conhecimento de forma individual e coletiva pelos estudantes e, ainda a auto-avaliação do educador.

Os estudantes que ainda se encontrarem em processo de construção das aprendizagens daquele Ciclo de Formação, poderão permanecer, por período máximo de um ano, no Ciclo até a consolidação das aprendizagens, que o permitam acompanhar, com êxito, o Ciclo subsequente, podendo **progredir a qualquer momento**. Firmamos que o currículo das Escolas do Campo, organizadas por Ciclos de formação, têm a duração de nove anos tendo, cada Ciclo, a duração de três anos **ininterruptos**. Para tanto, se faz necessária uma organização do trabalho pedagógico que utilize estratégias pedagógicas que considere a avaliação emancipatória-formativa, diagnóstica e processual - como meio para a superação efetiva da seriação, aliada a um acompanhamento pedagógico sistemático dos estudantes, pautado na lógica do processo que contemple a possibilidade de construir alternativas para a construção do conhecimento, com a elaboração de planos pedagógicos específicos para as superações das necessidades apresentadas pelos estudantes.

O **Parecer Descritivo** detalha “descritivamente”, os aspectos avaliativos em que o estudante obteve êxito, bem como aqueles cuja construção da aprendizagem se encontra em processo:

- **Durante** os três anos de cada Ciclo de Formação: relatam os avanços dos estudantes, apontam suas necessidades de reorientação do planejamento e metodologia para o sucesso escolar. Estes documentos são alcançados aos pais



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

e estudantes, trimestralmente, pela escola, em espaços que propiciem o diálogo e troca de informações entre os educadores, a família e o estudante. Este(s) momento(s) ocorre(m), dentre outras possibilidades, no Conselho de Classe Participativo;

- **Ao final** de cada Ciclo de Formação: é elaborado Parecer Descritivo (Final) o qual indicará de forma global os diferentes elementos do percurso escolar do estudante, detalhando seus avanços e necessidades a serem trabalhadas na sua construção do conhecimento.
- **Plano Pedagógico:** deve ser elaborado Plano Pedagógico específico para cada estudante que detalhe o acompanhamento e as ações necessárias para que os educadores do Ciclo, e do Ciclo seguinte, planejem o trabalho pedagógico para a superação das necessidades apresentadas pelo estudante. Constitui-se em um conjunto de atividades pedagógicas específicas, planejadas, executadas e acompanhadas pelos educadores, durante o processo de aprendizagem tendo por objetivo a superação das necessidades constatadas e registradas no Parecer Descritivo.
- **Conselhos de Classe Participativos** são espaços de diálogo sistemáticos, trimestrais, os quais tem a finalidade de acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem individual e coletiva dos educandos. Conta com a participação da equipe diretiva, de educadores, de educandos, de pais e de funcionários. Constitui-se em mais um momento da reflexão de todas as áreas sobre o processo de aprendizagem de cada Ciclo de Formação e do educando, e sobre a construção da aprendizagem, com a respectiva ação propositiva para redefinição do trabalho docente junto aos educandos.

4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS DE CAMPO POR CICLOS DE FORMAÇÃO

A educação inclusiva no currículo organizado por Ciclos de Formação deve contemplar as características da fase de desenvolvimento das crianças e adolescentes, promovendo e possibilitando o acesso de crianças e adolescentes à aprendizagem e ao convívio com seus pares. Para favorecer o processo de escolarização em turmas comuns, dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades, a escola deve ou propiciar ou encaminhar estes educandos para o Atendimento Educacional Especializado/AEI, nas Salas de Recursos Multifuncionais e, ainda, firmar a interface entre o planejamento, a metodologia e ações dos educadores das classes comuns com aqueles que atuam na no AEI.

5 CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NOS CICLOS DE FORMAÇÃO

5.1 ORGANIZAÇÃO

A organização dos Ciclos de Formação considera as faixas etárias dos estudantes e contempla uma organização em 3 (três) Ciclos de Formação, cada Ciclo constituído por 3 (três) anos de duração ininterruptos:



I CICLO DE FORMAÇÃO- infância de 6 a 8 anos de idade com o primeiro contato com a escola, o grupo de colegas, os educadores onde inicia o processo de ampliação da socialização. Neste momento a alfabetização e o letramento exigem prática pedagógica centrada no lúdico;

II CICLO DE FORMAÇÃO- segunda infância situada entre os 9 e 11 anos de idade ocorre a consolidação das relações estabelecidas na primeira fase e inicia-se a fase das operações concretas, da aquisição intelectual e da introspecção, das dúvidas, das perguntas e de um certo grau de reflexão;

III CICLO DE FORMAÇÃO- entre os 12 e 14 anos de idade. Esta fase conhecida como fase de transição entre adolescência e jovem, onde seus processos de pensamento assemelham-se aos dos adultos é a fase da abstração e da construção de hipóteses.

I CICLO DE FORMAÇÃO- INFÂNCIA – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Os três anos iniciais do Ensino fundamental devem assegurar:

- A alfabetização e o letramento;
- O desenvolvimento das diversas formas de expressão, que incluem o aprendizado global e interdisciplinar;
- O ciclo da Alfabetização pode se consubstanciar como espaço de apropriação e produção de conhecimento, onde o afeto, cognição e ludicidade possam caminhar juntos e integrados;
- Os três anos iniciais do Ensino Fundamental compõem um ciclo sem interrupção e cabe aos educadores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade nas salas de aula e levem os estudantes a explorar mais intensamente as diversas linguagens; da literatura, das artes e a utilizar materiais que ofereçam condições de raciocinar e criar manuseando e explorando as suas características e propriedades;
- O atendimento pedagógico neste ciclo se caracteriza pelo ensino globalizado, unidocência.

II CICLO DE FORMAÇÃO- PRÉ-ADOLESCÊNCIA - INICIAÇÃO ÀS ÁREAS DO CONHECIMENTO

- O planejamento pedagógico deve levar em consideração as diferentes áreas do conhecimento na perspectiva interdisciplinar;
- O desenvolvimento das diversas formas de expressão incluem o aprendizado global e interdisciplinar da língua portuguesa, da literatura, da música e das demais artes, da educação física, da matemática, das ciências da natureza, da história e da geografia;
- Os educadores devem elaborar o planejamento pedagógico e adotar estratégias de trabalho que favoreçam a constituição de grupos, onde se desenvolvam a cooperação, a participação, a formação de opiniões próprias e a solidariedade;
- O atendimento pedagógico se caracteriza pelo atendimento em áreas do conhecimento.



III CICLO DE FORMAÇÃO- ADOLESCÊNCIA – ÁREAS DO CONHECIMENTO

- O planejamento pedagógico deve considerar as várias formas de expressão que estão associadas ao aprendizado interdisciplinar das áreas do conhecimento conforme a Base Nacional Comum; os saberes da terra; a agroecologia e o desenvolvimento sustentável, perpassando pela diversidade e transversalidade do conhecimento;
- Os educadores devem elaborar o planejamento pedagógico e adotar estratégias interdisciplinares para que os estudantes possam construir sistemas e teorias, efetuar operações, pensar em termos abstratos, formular hipóteses e testá-las sistematicamente;
- O atendimento pedagógico se dá por meio de áreas do conhecimento e seus componentes curriculares.

O número mínimo de educandos para formar o Grupo Referência em cada Ciclo, na Escola do Campo, são 10 educandos independentemente do Ciclo. O número de educandos por Grupo Referência é de:

- I Ciclo de Formação: 20 educandos;
- II Ciclo de Formação: 25 educandos e
- III Ciclo de Formação: 30 educandos

Nas escolas com menos de 10 estudantes a Coordenadoria Regional de Educação/CRE deve buscar o atendimento junto à Rede Pública que atenda no campo, firmando inclusive o Regime de Colaboração entre os entes federados.

Na organização dos grupos de estudantes, deve ser considerado o espaço físico existente e, nos grupos com educandos incluídos o número de educandos do grupo poderá sofrer ajustes no II e III Ciclos, atendendo a norma do Conselho Estadual de Educação/CEEd (Parecer CEEd n.º 56/2006) e as diretrizes e a política de Recursos Humanos da SEDUC.

5.2 DINÂMICA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NOS GRUPOS E NOS CICLOS DE FORMAÇÃO

Mesmo que agrupados conforme suas faixas etárias, Grupos Referência, os Ciclos de Formação, durante o ano letivo, permitem e demandam que se façam reagrupamentos, contemplando a flexibilidade na organização dos grupos de estudantes, tanto no que se refere aos tempos, quanto aos espaços escolares para que sejam oportunizadas os mais diversificados momentos para a troca, a aprendizagem e o planejamento coletivo dos educadores.

Na organização por Ciclos de Formação os educadores devem agrupar e reagrupar constantemente os estudantes, contemplando diferentes necessidades pedagógicas e utilizando as metodologias necessárias para que a aprendizagem seja construída na interação com o outro.

Estes reagrupamentos podem ocorrer dentro do mesmo Ciclo de Formação (**Intraciclos**) ou entre os diferentes Ciclos de Formação (**Entreciclos**) para o qual é elaborado Planejamento Coletivo e Interdisciplinar Específico contemplando a:



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

- Investigação das necessidades na construção do conhecimento do(s) educando(s) e qual a ação pedagógica necessária para superação destas necessidades;
- Investigação do interesse do(s) grupo(s) e do estudante(s), conforme a faixa etária;
- Delimitação e definição do tema que será abordado no reagrupamento e
- Definição, em Planejamento Coletivo, da metodologia e didática para abordar o tema definido desencadeando as atividades pedagógicas.

5.3 TRABALHO PEDAGÓGICO DO COLETIVO DE EDUCADORES

O Coordenador Pedagógico é sempre **um articulador** do trabalho pedagógico, deve privilegiar o planejamento coletivo entre os educadores de diversas áreas do conhecimento, oportunizando a socialização de experiências, o enriquecimento das ideias, a criatividade e múltiplos olhares da/para a realidade. Nesta perspectiva o planejamento é ato coletivo, interativo, com a articulação e o envolvimento de todos os profissionais por um objetivo comum: as aprendizagens.

Os educadores realizam planejamento coletivo, dialogando com as diversas áreas do conhecimento, estabelecendo condições para a socialização de experiências, o enriquecimento das ideias, análise das necessidades encontradas pelos estudantes e caminhos para sua superação. Neste sentido o trabalho coletivo é promotor da socialização dos saberes e das condições para o sucesso dos estudantes, estimulando os educadores ao estudo, buscando as estratégias e metodologias mais adequadas para o trabalho escolar.

Conforme as características de cada escola, do número de estudantes, das distâncias, do espaço físico, dentre outros elementos, o Coordenador Pedagógico poderá atender uma escola ou um grupo de escolas e deve estabelecer também, junto aos educadores da classe comum e dos profissionais que atuam nas Salas de Recursos, a necessária articulação para que os estudantes possam desenvolver suas aprendizagens tendo pleno acolhimento na classe comum.

5.4 FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE ESTUDANTES NO ANO DE 2014

A transição do Sistema de Ensino série para Ciclo de Formação se dará na totalidade de cada Ciclo e na equivalência com a fase de desenvolvimento humano em que se encontram os educandos no momento da implantação do novo Sistema Curricular. Para localizar o estudante junto aos seus pares, deve ser utilizado o instituto da Reclassificação.

Aos educandos que no final de 2014, se encontrarem com as aprendizagens consolidadas, relativas a cada Ciclo de Formação, e após avaliação, avançam para o Ciclo de Formação subsequente.

Os estudantes que hoje se encontram na estrutura curricular seriada serão reclassificados para o Ciclo de Formação correspondente a seu estágio de desenvolvimento humano, não sendo admitido qualquer retrocesso do mesmo (LDB art. 23,§ 1º e Parecer CEEed n.º 740/99).



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

Neste sentido a Escola organizada por Ciclos de Formação utiliza recursos metodológicos de acompanhamento e superação das necessidades dos estudantes em construir os conhecimentos de cada Ciclo. Como estratégia pedagógica para a superação das necessidades pode ser organizados **grupos de estudos**, os quais se caracterizam como recurso de sistematização e aprofundamento das aprendizagens para superar distorções entre idade/ano/ciclo.

O estudante que nunca frequentou a escola deve ser matriculado no primeiro ano do I Ciclo de Formação, sendo que pode avançar para o próximo Ciclo após observação do educador e do Coordenador Pedagógico da Escola- Articulador. Os estudantes que ingressarem na escola organizada por Ciclos de Formação, por transferência, devem ser agrupados com seus pares, considerando sua faixa etária e deve ser elaborado plano específico que contemple as aprendizagens que deve realizar e a superação de suas necessidades.

5.5 FORMAÇÃO CONTINUADA E GESTÃO

A formação continuada será promovida pela Secretaria de Estado da Educação/SEDUC, pelas Coordenadorias Regionais de Educação e pelas Escolas tendo como centralidade pensar o currículo de forma integrada e interdisciplinar, firmando a Proposta Político Pedagógica/PPP como expressão de sua intencionalidade, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar.

Os Ciclos de Formação exigem o repensar da prática pedagógica, que deve estar fundamentada em procedimentos e saberes que garantam a interdisciplinaridade, a capacidade de trabalho coletivo, o domínio de formas diferentes de planejamento e a Avaliação Emancipatória. Investindo na formação continuada como caminho para a melhoria do trabalho docente, que propicie condições efetivas para a aprendizagem dos estudantes.

A Gestão da Escola, participativa, democrática, que envolva todos os segmentos da Comunidade Escolar, por meio do Conselho Escolar, é fundamental e estratégica para desenvolver uma nova cultura profissional na qual os educadores, os funcionários e a comunidade interajam para a construção de uma escola de qualidade social, cujo objetivo central é a aprendizagem de todos os estudantes firmada na cidadania.

Portanto, as ações de planejamento, replanejamento, avaliação, construção de estratégias, adequação de conteúdos, utilização de tempos e espaços escolares e de tecnologias estão voltadas, com intencionalidade, para a aprendizagem. Planejar os momentos de Conselho de Classe Participativo, de modo que estes se constituam em espaços formativos; elaborar pautas para as reuniões pedagógicas com educadores que contemplem alternativas para o trabalho com os estudantes, identificado preliminarmente as suas necessidades; utilizar estratégias diferenciadas para o desenvolvimento e organização das reuniões pedagógicas onde sejam garantidos momentos de socialização de boas práticas, agregadas a embasamento teórico bem como registrar as reuniões realizadas com os educadores, pais, estudantes e comunidade para que auxiliem na reflexão, e na busca de alternativas, para constituir a escola enquanto espaço de formação são algumas das ações que constroem uma escola enquanto espaço permanente de formação.



6 AUTORIZAÇÃO E CREDENCIAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO PARA A OFERTA DOS CICLOS DE FORMAÇÃO

Para que a escola integralize a oferta do ensino fundamental de 9 (nove) anos, através dos Ciclos de Formação, deverá atender aos seguintes encaminhamentos:

1. Escola credenciada/autorizada pelo CEEEd até a **4ª série/5º ano**: deve encaminhar ao CEEEd, via CRE, **solicitação de credenciamento/ autorização** para a oferta do II Ciclo de formação. O II Ciclo de Formação é um conjunto pedagogicamente articulado de 3 (três) anos, atendendo educandos na faixa etária correspondente dos 9 aos 11 anos de idade.
2. Escola credenciada/autorizada pelo CEEEd até a **5ª série/6º ano**: para integralizar a oferta do II Ciclo de Formação **deve encaminhar ofício à CRE, com vistas ao CEEEd**, para atualização de seus dados cadastrais junto àquele órgão (Resolução CEEEd n.º 314/2011). O II Ciclo de Formação é um conjunto pedagogicamente articulado de 3 (três) anos, atendendo educandos na faixa etária correspondente dos 9 aos 11 anos de idade.
3. Escola credenciada/autorizada pelo CEEEd até a **6ª série/7º ano - 7ª série/8º ano**: deve encaminhar ao CEEEd, via CRE, solicitação de credenciamento/ autorização para a oferta do III Ciclo de Formação. O III Ciclo de Formação é um conjunto pedagogicamente articulado de 3 anos, atendendo educandos na faixa etária correspondente dos 12 aos 14 anos de idade, e deve ser credenciado de forma compacta e não mais ano-a-ano.
4. A Escola Estadual de Educação do Campo, que se encontra em processo de reestruturação curricular, pode adotar provisoriamente o Regimento Padrão, tal como foi aprovado pelo CEEEd, enquanto constrói o seu próprio Regimento.
5. A adoção do Regimento Padrão pode ser provisória (por um ano) ou por um tempo maior, dependendo do que for acertado com a sua Coordenadoria Regional de Educação.

7 REGIMENTO ESCOLAR

O Regimento Escolar é o documento que define a organização e o funcionamento do estabelecimento de ensino, quanto aos aspectos pedagógicos com base na legislação do ensino em vigor (Resolução CEEEd n.º 236/98- Regula a elaboração de Regimentos Escolares de estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino).

As escolas por Ciclos de Formação poderão adotar o Regimento Escolar Referência enquanto elaboram Regimento próprio, utilizando-o como subsídio para a construção deste documento. O Regimento Escolar será validado na CRE, a qual cabe analisar o documento à luz das orientações e diretrizes da SEDUC quanto à implantação dos Ciclos de Formação nas Escolas do Campo.



8 RECURSOS HUMANOS: PROPOSTA DE POLÍTICA DE RH PARA AS ESCOLAS DO CAMPO ORGANIZADAS POR CICLOS DE FORMAÇÃO

A disposição dos Recursos Humanos nas escolas do campo organizadas por Ciclos de Formação será estabelecida conforme os **indicativos** abaixo, que servem de referência para a Política de Recursos Humanos, os quais **sempre serão associados** à análise criteriosa do número de estudantes (demanda) e do número de turmas (agrupamentos) para a definição do quadro final de RH das escolas.

ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS EM ESCOLAS POR CICLO DE FORMAÇÃO

| Nível | Idade | Número de alunos |
|-----------|--------------|------------------|
| I Ciclo | 6 a 8 anos | 20 |
| II Ciclo | 9 a 11 anos | 25 |
| III Ciclo | 12 a 14 anos | 30 |

DISPOSIÇÃO DO RH EM ESCOLAS POR CICLO DE FORMAÇÃO

DIREÇÃO

O Diretor assume integralmente suas funções de gestor da escola.

| Escola | CH |
|---------|-----|
| 1 turno | 30h |
| Demais | 40h |

Escolas que atendem de 10 a 99 alunos

I Ciclo - As turmas serão atendidas por um professor referência, com habilitação mínima para trabalhar com os estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Curso Normal de Nível Médio e/ou Pós-Médio.

II Ciclo – As turmas poderão ser atendidas por professores, com formação Superior, habilitação em Pedagogia e um professor especializado. Estes professores, se necessário, farão docência compartilhada, desenvolvendo atividades em duas áreas do conhecimento.

III Ciclo – As turmas serão atendidas por professores habilitados nas 4 grandes áreas do conhecimento.



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

Escolas que atendem de 31 a 99 alunos

- 20h para atendimento das atividades de Coordenação Pedagógica.

Em escolas que atendem acima de 100 alunos, a carga horária dos setores será adequada às orientações e critérios de RH, transcritos abaixo:

VICE-DIREÇÃO (20h)

| Escola | Vice-diretores |
|-----------------------|------------------------------------|
| De 100 até 250 alunos | 1 vice (se tiver mais de um turno) |
| Mais de 250 alunos | 1 vice por turno |

SECRETARIA

Carga Horária para escolas com 2 ou 3 turnos

| Nº de alunos | Carga horária |
|---------------------|----------------------|
| 101 - 200 | 40h |
| 201 - 500 | 60h |
| 501 - 1000 | 100h |
| 1001 - 2000 | 120h |
| + 2000 | 160h |

Observação: a Secretaria da escola deve oportunizar atendimento em todos os turnos de funcionamento da escola.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

A lei nº 10.576/95, art. 92, alterada pela Lei 11.695/01, estabelece as características das escolas que poderão ter Assistente Administrativo-Financeiro: estabelecimentos de ensino fundamental e médio com 3(três) turnos de funcionamento. As Escolas com mais de 1.000 alunos, escolas técnicas e as diferenciadas serão avaliadas pela Secretaria da Educação, após manifestação. No caso de escola com estrutura diferenciada, deverá ser feita uma justificativa fundamentada pelo Diretor da Escola (Lei nº 10.576/95, art. 92, parágrafo 2º).

Será concedido um Auxiliar Administrativo-Financeiro (s/FG) para escolas que não detém o cargo de Assistente Financeiro:



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

AUXILIAR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

| Auxiliar Administrativo-Financeiro | Escolas | Carga Horária |
|-----------------------------------------------|------------------|----------------------|
| | 500 a 999 alunos | 20h |
| | + de 1000 alunos | 40h |

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

| Nº de alunos | Carga horária |
|------------------------|----------------------|
| 101 até 200 | 40h |
| 201 - 500 (2 turnos) | 80h |
| 201 - 500 (3 turnos) | 100h |
| 501 - 1000(2 turnos) | 100h |
| 501 - 1000 (3 turnos) | 120h |
| 1001 - 2000 (2 turnos) | 160h |
| 1001 - 2000 (3 turnos) | 200h |
| + 2001 (2 turnos) | 200h |
| + 2001 (3 turnos) | 240h |

PROFESSOR APOIADOR

(atendimento no mesmo turno da turma)

| CH 10h | CH 20h | CH 30h | CH 40h |
|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------------------------------|
| 3 turmas/ 60 alunos | 6 turmas/120 alunos | 9 turmas /180 alunos | A partir de 12 turmas, envolvendo 240 alunos |
| 4 turmas/ 80 alunos | 7 turmas /140 alunos | 10 turmas/200 alunos | |
| 5 turmas/100 alunos | 8 turmas/160 alunos | 11 turmas/220 alunos | |

BIBLIOTECA

| | |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| Biblioteca | escolas com mais de 100 alunos 20 h por turno de funcionamento |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------|

Esclarecemos que, havendo disponibilidade de carga horária dos professores das diferentes áreas do conhecimento, esta poderá ser aproveitada nos diferentes ciclos.



REFERÊNCIAS

ASCOM/CONSED, (2012). Disponível em: <http://www.consed.org.br/index.php/artigos/411-pronacampo-dados-e-metas> Acesso em 29/07/12.

BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Constituição da República Federativa. Brasília – DF, 1999

CARDOSO, Ciro Flamarion. A brecha camponesa no sistema escravista (1979). In: WELCH. C. A. *et al* (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2009.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do campo”: texto preparatório. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: RJ: Vozes, 2004.

FERNANDES, Valéria Dorneles. *O pecuarista familiar na Campanha Rio-grandense (Santana do Livramento, 1800-1880)* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2012.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”. *Pesquisa & Debate*. São Paulo, PUCSP, v. 15, n. 2(26), jul./dez. 2004, p.225-56.

KAGEYAMA, Ângela. *Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MACHADO, Ilma F. Um projeto político-pedagógico para a escola do campo. In: www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/.../11_projeto_politico_cp8.pdf Acesso em 19/02/12.

MEC/INEP - Censo Escolar da Educação Básica 2011. Dados referentes às escolas que responderam o Censo Escolar de 2011. MEC (2012). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php> Acesso em 29/07/12. **Política Estadual de Educação do Campo (versão-08/12)**

MEDEIROS, Leonilde Servólo de (1993) “Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões”. Disponível em: <http://www.oocities.org/spaprado/reformaagrariaquestoes.html> Acesso em 20/07/12.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional (1977). In: WELCH. C. A. *et al* (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2009.



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

RADOMSKY, G.W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S.(Org.) *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

RIBEIRO, Claudio Marques. *Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul*. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Rural).

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2009.

ROCHA, Eliene Novaes; PASSOS, Joana Célia dos; CARVALHO, Raquel Alves de. Educação do Campo: Um olhar panorâmico Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/ec/files/Texto%20Base%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo.pdf> Acesso em 19/08/12.

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a Reforma Agrária. In: STÉDILE, J. P. et al. *A Questão Agrária na década de 90*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 2004.

SANTOS, Danilo Malato. As contribuições de Vítor Paro para as políticas públicas de gestão escolar democrática no cenário da Educação do Campo. Disponível em: <http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/214> Acesso em 29/07/12.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

SIDEGUM, Joana. *Saída do Jovem do Meio Rural e os Reflexos deste Processo na Agricultura Familiar de Picada Café*. (Trabalho de Conclusão de Curso). **Tecnólogo em Política Estadual de Educação do Campo (versão-08/12)**

Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ARROYO, Miguel G. *Ciclos de desenvolvimento humano e Formação de Educadores*. In: Educação & Sociedade, ano XX, n. 68, Dezembro/99, Campinas: Cedes.

_____. *Ofício de Mestre- imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2000.
AZEVEDO, José Clóvis de. *A democratização da escola no contexto da democratização do Estado: a experiência de Porto Alegre*. In: SILVA, Luiz Heron da. (Org.). *Escola Cidadã – teoria e prática*. Petrópolis: Vozes, 1999.



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

_____. *Escola Cidadã: desafios, diálogos e travessias*. Petrópolis: Vozes, 2000.